AS LEIS E DIRETRIZES E AS MUDANÇAS NA FOTOGRAFIA EM LIVROS DIDÁTICOS: A IMAGEM DOS IMIGRANTES AÇORIANOS NOS LIVROS DE GEOGRAFIA[1]

GT14: Discurso e Comunicação

Cristiane Mayumi Morinaga [2]
Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)
cristiane.mayumi@gmail.com

João Batista Freitas Cardoso [3]
Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)
jbfcardoso@uol.com.br

Resumo

O presente artigo objetiva estudar as mudanças no uso de fotografias em livros didáticos do Ensino Fundamental II considerando as mudanças nas leis que versam sobre direito autoral e direito de uso de imagem, a criação dos parâmetros curriculares nacionais e as consequentes alterações nos critérios de aprovações de livros didáticos pelo governo brasileiro. Para isso, foram analisadas três

[1] Artigo apresentado ao Grupo Temático 14, Discurso y Comunicación, do XII Congresso da Associación Latinoamericana de Investigadores de las Ciencias de la Comunicación, a ser realizado de 6 a 8 de agosto de 2014, em Lima, Peru.
[2] Mestranda em Comunicação na Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
[3] Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP com Pós-doutorado pela ECA/USP. Professor no PPGCom da USCS e professor nas universidades Mackenzie e Santa Cecília.

fotografias, de diferentes períodos, de uma mesma edição de livros de Geografia. Nas análises foi utilizada a teoria semiótica de Charles S. Peirce.

Palavras-Chave: Fotografia. Livro didático. Semiótica Visual.

Introdução

As mudanças nas leis que versam sobre direitos autorais e direitos de imagem, a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e as consequentes alterações nos critérios de aprovações de livros didáticos pelo governo brasileiro a partir da década de 1990 foram alguns dos motivos para que a iconografia em livros didáticos – em especial as fotografias – sofressem modificações e adequações ao longo dos anos.

O edital de convocação de junho de 2014[4], que regula o processo de inscrição e avaliação de coleções didáticas destinadas aos anos finais do ensino fundamental da rede pública (Ensino Fundamental II), por exemplo, alerta quanto ao uso de imagens. No item 2.1.4 do Anexo III, o documento informa que serão excluídas as coleções que "utilizarem, de modo equivocado ou desatualizado [...] ilustrações ou imagens". No item 2.1.6 do mesmo anexo, as diretrizes são:

> Quanto às ilustrações, devem: 1. ser adequadas às finalidades para as quais foram elaboradas; 2. quando o objetivo for informar, devem ser claras, precisas e de fácil compreensão; 3. reproduzir adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país; 4. no caso de ilustrações de caráter científico,

[4] Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de coleções didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2014

indicar a proporção dos objetos ou seres representados; 5. estar acompanhadas dos respectivos créditos e da clara identificação dos locais de custódia (local onde estão acervos cuja imagem está sendo utilizada na publicação); 6. trazer títulos, fontes e datas, no caso de gráficos e tabelas; 7. no caso de mapas e imagens similares, apresentar legendas em conformidade com as convenções cartográficas.

Em razão dessas obrigatoriedades, as editoras, autores e iconógrafos foram se adequando às diretrizes dos editais e das leis conforme as suas coleções de livros eram ou não aprovadas pelo PNLD ao longo dos anos. Como exemplo, podemos perceber que, antes, as fotos não apareciam com datas, ao passo que nas edições mais recentes, praticamente todas elas vêm acompanhadas de data.

Na questão dos direitos autorais e de imagem, passou-se a verificar a preocupação com o licenciamento de textos e imagens e também com a exposição não autorizada das pessoas retratadas. No presente estudo, veremos soluções encontradas para tentar resolver este problema – na fotografia do livro de 1996, uma pessoa aparece; na de 2002, podemos ver somente uma silhueta; e na de 2011 vemos somente as mãos.

Para compreender essas mudanças, analisamos três fotografias de três edições de livros de Geografia destinados ao Ensino Fundamental II. As fotos são sobre a renda de bilro de imigrantes açorianos no sul do Brasil; elas são todas de um mesmo fotógrafo/agência (Delfim Martins/Pulsar Imagem), os livros são de um mesmo autor (Melhem Adas) e foram publicados pela mesma editora (Editora Moderna).

Apresentaremos algumas das características das imagens estudadas e, a seguir, uma análise comparativa das fotos conforme a semiótica de Charles S. Peirce. O objetivo deste trabalho é estudar como as mudanças nas imagens, acarretadas por exigências do governo, acabaram por influenciar o potencial significativo da iconografia nos livros didáticos.

Legislação e uso de imagens em livros didáticos

Desde 1929, quando o Estado criou um órgão específico para legislar sobre políticas do livro didático no Brasil, essa parcela da produção editorial tem se estabelecido conforme as orientações do Governo. Desde então, grande parte do crescimento do setor se deve ao investimento do próprio governo. Segundo o site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação[5] (FNDE), em 1966 o governo brasileiro distribuiu gratuitamente 51 milhões de livros em três anos. Só no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2013, ainda segundo o FNDE, mais de 90 milhões de livros foram distribuídos para escolas públicas de todo o Brasil. Cabe destacar que esta quantidade foi somente para os anos finais do Ensino Fundamental, que, a partir de 2008, passou a ser composto pelos anos 6 a 9, denominado Ensino Fundamental II.

Ao longo dos anos, alguns decretos e leis foram estabelecendo alterações em relação à responsabilidade de seleção e distribuição dos livros, até que, em 1985, surgiu o PNLD, a partir do qual ocorreram algumas mudanças importantes, tais como indicação do livro didático pelos professores, reutilização do livro (abolindo assim o livro descartável e, consequentemente, aperfeiçoando as especificações técnicas para a sua produção) e aumento de número de séries incluídas no programa.

[5] www.fnde.gov.br

Em 1996, com o intuito de criar um padrão alto de qualidade dos livros didáticos, iniciou-se o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD 1997. A partir daí, universidades públicas nacionais tornaram-se responsáveis por fazer uma pré-seleção dos livros para tentar eliminar problemas como erros conceituais, desatualização, preconceito e discriminação. Ao mesmo tempo, o programa foi sendo ampliado – atualmente estendendo-se à distribuição de dicionários e livros para o Ensino Médio e Ensino para Jovens e Adultos (EJA).

Com o intuito de orientar uma boa qualidade na produção dos livros didáticos, o Ministério da Educação e do Desporto e a Secretaria de Educação Fundamental, em 1998, lançou os chamados Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Divididos pelas disciplinas, os PCN são compostos de orientações para professores e do Ensino Fundamental. Como podemos encontrar na mensagem ao professor no início de todos os PCN, a intenção é de “ampliar e aprofundar um debate educacional que envolva escolas, pais, governos e sociedade e dê origem a uma transformação positiva no sistema educativo brasileiro”. Na introdução aos PCN, encontra-se a seguinte justificativa:

> Os Parâmetros Curriculares Nacionais nascem da necessidade de se construir uma referência curricular nacional para o ensino fundamental que possa ser discutida e traduzida em propostas regionais nos diferentes estados e municípios brasileiros, em projetos educativos nas escolas e nas salas de aula. E que possam garantir a todo aluno de qualquer região do país, do interior ou do litoral, de uma grande cidade ou da zona rural, que freqüentam cursos nos períodos diurno ou noturno, que sejam portadores de necessidades especiais, o direito de ter acesso aos

> conhecimentos indispensáveis para a construção de sua cidadania (1998, p. 9).

Os PCN recomendam como uma das estratégias de ensino na educação fundamental a utilização de “diferentes linguagens – verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias”. O PCN de Geografia, especificamente, afirma que outras fontes de informação podem ser usadas para se ensinar: música, fotografia e cinema, por exemplo. Segundo o PCN, “A Geografia trabalha com imagens, recorre a diferentes linguagens na busca de informações e como forma de expressar suas interpretações, hipóteses e conceitos” (1998, p. 33). Na mesma página, o texto reforça a importância da imagem no ensino de Geografia:

> Na escola, fotos comuns, fotos aéreas, filmes, gravuras e vídeos também podem ser utilizados como fontes de informação e de leitura do espaço e da paisagem. É preciso que o professor analise as imagens na sua totalidade e procure contextualizá-las em seu processo de produção: por quem foram feitas, quando, com que finalidade etc., e tomar esses dados como referência na leitura de informações mais particularizadas, ensinando aos alunos que as imagens são produtos do trabalho humano, localizáveis no tempo e no espaço, cujos significados podem ser encontrados de forma explícita ou implícita (1998, p. 33).

No mesmo período de implantação dos PCN, a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que versa sobre os direitos autorais no Brasil, alterou certas práticas de produção de imagens para livros didáticos. Esta lei passou a ser considerada, entre outros meios, para as publicações e reproduções de obras literárias,

artísticas ou científicas, o que afeta também o conteúdo do material didático, especialmente no que diz respeito ao uso de fotografias em que aparecem pessoas. O uso de imagens de pessoas em ilustrações de livros didáticos foi afetado também pelo atual Código Civil (Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002), que, no Capítulo 2, aborda a questão do direito à imagem ("Dos Direitos da personalidade"). O Artigo 20 do Código Civil aborda tanto os direitos autorais quanto os de personalidade:

> Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização cabível, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se destinarem a fins comerciais.

Todas essas mudanças foram se refletindo nos editais publicados pelo Ministério da Educação destinados às editoras que desejassem ter seus livros didáticos comprados pelo Estado e distribuídos para as escolas públicas. Desse modo, os livros e as editoras foram se adequando às orientações propostas e isso influenciou forma e conteúdo dos materiais didáticos. Afinal, era e é importante para as editoras conseguirem aprovação para suas coleções, uma vez que o governo federal é responsável por comprar 88% da produção de obras escolares, segundo dados do FNDE em 2010.

Representações do imigrante açoriano nos livros de geografia

Para mostrar como as mudanças na legislação influenciam diretamente na produção de imagens para livros didáticos e como essas imagens podem gerar

diferentes sentidos para os estudantes, analisaremos, no presente artigo, três imagens presentes em livros didáticos de Geografia destinados ao Ensino Fundamental II. Trata-se de fotografias que ilustram o tema “imigração estrangeira (açoriana) no sul do Brasil” e mostram uma rendeira/renda típica da região estudada. As fotos fazem parte de três edições de um mesmo autor, Melhem Adas, em três anos diferentes: 1996, 2002 e 2011.

Figura 1. Páginas das edições de 1996, 2002 e 2011, dos livros de Geografia de Melhem Adas, Editora Moderna, que tratam da imigração açoriana no Brasil.

A fotografia da edição de 1996 (Figura 2) apresenta-se dentro da área de mancha (área diagramada na qual os conteúdos se apresentam), na segunda coluna da página com tamanho impresso de 8,3 x 5,5 cm. A imagem está creditada para Delfim Martins/Pulsar, mas não apresenta referência quanto à data. Há uma legenda sob a foto, com o seguinte texto: “Fig 10.12 – Nos dias atuais, quem viajar a Florianópolis (SC) e se dirigir à Lagoa da Conceição poderá encontrar muitos

descendentes de açorianos. Muitos deles se dedicam ao trabalho artesanal de confecção de rendas, utilizando técnicas antigas, trazidas por seus antepassados".

Figura 2. Fotografia da edição de 1996

Na foto podemos ver uma senhora de certa idade, com cabelos curtos, usando uma camiseta branca simples com estampa de uma escola técnica. A mulher não utiliza adornos aparentes e sua pele é morena (como queimada de sol). Embora só possamos vê-la acima da cintura, ela parece estar sentada e no interior de uma construção com paredes e piso de madeira (aparentando ser um local rústico, antigo). A mulher não olha para a câmera, e sim, para os seus apetrechos para fazer renda. Atrás dela, em segundo plano, podemos ver o detalhe de uma peça rendada branca na parte superior da fotografia e o que parece uma porta também de madeira, com cor mais escura. A luz parece vir a partir do lado direito da foto, que está levemente mais iluminado.

A foto da edição de 2002 (Figura 3), embora esteja dentro da mancha da página, encontra-se "fora" do texto, com dimensões de 7,7 x 5 cm. A foto também é a única imagem da página, mas aparece menor que a outra. Ela está creditada

também para Delfim Martins/Pulsar, mas agora aparece a data, 2007. O conteúdo da legenda é o mesmo do da anterior.

Figura 3. Fotografia da edição de 2002

A foto em geral é bastante escura e há alguma luz em seu terço central, no qual podemos ver a silhueta de uma mulher provavelmente sentada, segurando um objeto de tamanho médio. Não temos como saber a idade da mulher ou a tonalidade de sua pele. Não podemos descrever exatamente o que a mulher segura, embora possamos deduzir a partir da legenda: “Muitos deles se dedicam ao trabalho artesanal de confecção de rendas [...]”. No plano mais ao fundo, de onde vem a luminosidade, percebe-se uma rua de pedras, automóveis, água (talvez um lago) e montanha. No primeiro plano pode-se ver, com mais destaque que o restante da foto, uma faixa de renda branca na parte superior da imagem.

A última foto (Figura 4), da edição de 2011, aparece fora da mancha (que contém só uma coluna de texto), sangrada na margem esquerda. Desta vez outra foto ilustra também esta página, com tamanho maior que a primeira, mostrando construções em Joinville, SC. O crédito da imagem, mais uma vez, é para Delfim Martins/Pulsar Imagens e a data é apresentada na legenda (2007). O conteúdo da legenda nessa edição é diferente das outras duas: “Figura 18. A confecção de

renda com bilros é uma herança da colonização açoriana em Santa Catarina. Na foto, rendeira de Lagoa da Conceição, estado de Santa Catarina (2007)".

Figura 4. Fotografia da edição de 2011

Esta fotografia apresenta um plano detalhe de mãos aparentemente femininas (de uma pessoa branca, pele delicada e sem rugas) fazendo artesanalmente a renda com bilros. O enquadramento da foto se fecha nos apetrechos da produção de renda e nas mãos, mas podemos ver detalhes das pernas da pessoa e um fundo com uma parede de madeira (com bom acabamento, sem aparentar ser rústico). Das três fotos analisadas, esta apresenta qualidade de impressão melhor, devido ao papel e provavelmente, às técnicas de impressão de cada época.

Considerando que as três diferentes imagens, foram produzidas pelo mesmo fotógrafo e são utilizadas para ilustrar o mesmo conteúdo, desenvolvido pelo mesmo autor, para a mesma editora, na parte seguinte examinaremos o potencial de significação de cada uma delas, visando verificar até que ponto essas imagens podem alterar a compreensão da matéria. Para realizar a análise utilizaremos a classificação de signos proposta por Charles S. Peirce.

A relação visual/verbal no processo de significação

Nos livros didáticos, precisamos analisar as reproduções das fotografias como parte do material didático, que inclui imagens e textos. As relações entre os textos verbais e as imagens podem ser estabelecidas de diferentes maneiras, e cada uma dessas maneiras pode gerar diferentes sentidos. Segundo Martine Joly (2012, p. 120), "[...] na maior parte do tempo, é a língua que vai substituir essa incapacidade da imagem fixa de exprimir as relações temporais ou causais. As palavras vão completar a imagem".

Nas páginas analisadas, existe uma *coexistência*, o visual e o verbal compartilham o mesmo espaço. Nos três casos não ocorre redundância, e sim complementaridade, pois as legendas não repetem o que foi informado no texto do capítulo, mas adicionam algumas informações sobre o mesmo assunto.

Segregando os elementos constitutivos da foto de 1996 podemos perceber as seguintes unidades significantes: a senhora e as ferramentas para fabricar renda em primeiro plano; o pedaço de renda; e a parede de madeira ao fundo. Os elementos em primeiro plano ganham destaque pela "proximidade" em relação ao observador e pelo contraste de cores com o fundo. Pelos tons, a renda também se destaca em relação à parede e à porta de madeira. Em relação ao equilíbrio da foto, a figura humana, que atrai mais rapidamente o olhar, está bem próxima à borda esquerda, e a fabricação de renda está na metade direita da imagem, mais centralizada. Por isso, os apetrechos aparecem em destaque.

Nesse contexto, a imagem sugere, em função do potencial icônico, uma idosa fazendo renda. A legenda, por sua vez, reforça essa suspeita: "Muitos deles se dedicam ao trabalho artesanal de confecção de rendas". Além disso, a legenda

acrescenta uma informação que a imagem, por si, não é capaz de trazer: a senhora é provavelmente uma descendente de açorianos que se dedica à atividade artesanal.

Na foto de 2002, a imagem divide-se em três partes, uma iluminada entre outras duas escuras. O ponto focal, que é para onde nosso olhar primeiro se volta, é a parte central, iluminada. Contudo, ainda que esse ponto esteja claro, a maior parte dos elementos da fotografia apresenta-se com pouca luz – inclusive a rendeira e seus apetrechos. Desse modo, como a figura apresenta-se praticamente como uma silhueta – não há na imagem informações sobre local, identidade da pessoa retratada, nem o que ela está segurando –, a legenda assume a função de explicar a fotografia. E como, provavelmente, a maior parte dos alunos não conhece a forma de se fazer renda na região, a legenda é necessária para a compreensão da imagem.

Considerando que as legendas são as mesmas nas duas edições e as imagens são diferentes, podemos inferir que há uma perda em termos de informação em uma delas. Os estudantes de 1996, ainda que não conheçam a técnica do trabalho artesanal de confecção de rendas ou não saibam o seu nome, podem visualizar a artesã fazendo a renda. Os leitores da edição de 2002, por outro lado, não podem visualizar a técnica de renda à que a legenda se refere: “[...] utilizando técnicas antigas, trazidas por seus antepassados”.

A foto de 2011, em relação às outras duas, apresenta o menor número de unidades, pois, em enquadramento fechado, os elementos apresentam-se mais “próximos” ao observador – pode-se perceber apenas a figura (as mãos e o bilro) e o fundo (a parede, as pernas da artesã). A composição dessa foto se baseia na lei da continuidade da *gestalt*: não perdemos informações por haver cortes na foto. A foto, nesse caso, apresenta uma parte pelo todo: pela representação das mãos

é possível deduzir que se trata de uma mulher fazendo um trabalho artesanal. A legenda, sob a foto, corrobora a impressão visual: “Na foto, rendeira de Lagoa da Conceição”.

Como se pôde observar, na primeira edição é possível ver uma mulher confeccionando uma renda e entender, por meio da legenda, que ela é uma descendente de açorianos e que está empregando uma técnica tradicional de artesanato. Porém, o estudante não é informado sobre o tipo de técnica que é utilizada pela artesã. Na segunda edição, ainda que a legenda informe que a figura é de uma descendente de açorianos que está utilizando uma técnica tradicional de confecção de renda, a baixa luminosidade da cena não permite visualizar tal técnica. Diferente das edições anteriores, a fotografia da terceira edição, além de mostrar em destaque a técnica de renda, informa na legenda o seu nome: “[...] confecção de renda com bilros”. Permitindo, assim, ao estudante reconhecer uma técnica artesanal específica de uma dada comunidade.

A imagem como elemento de significação

No que se refere especificamente aos signos visuais, o potencial icônico é fundamental para a compreensão desse tipo de imagem. De acordo com a segunda tricotomia dos signos de Peirce (que inclui o ícone, o índice e o símbolo):

> Um *Ícone* é um signo que se refere ao Objeto que denota apenas em virtude de seus caracteres próprios, caracteres que ele igualmente possui quer um tal Objeto realmente exista ou não. [...] Qualquer coisa, seja uma qualidade, um existente individual ou uma lei, é Ícone de qualquer coisa, na medida em que for semelhante a essa coisa e utilizado como um seu signo (2012, p. 52).

Segundo Lúcia Santaella, o caráter icônico surge a partir de relações de comparação, especialmente de semelhança: “São as sugestões que estimulam as comparações” (2010, p. 70). Nesse sentido, como as fotografias impressas em livros didáticos servem para informar, complementando ou acrescentando informações ao texto, elas precisam mostrar semelhanças com a uma ideia dada de realidade – nas fotos estudadas, o objetivo principal é mostrar como são as rendeiras descendentes de açorianos em Santa Catarina e como são as técnicas de confecção de rendas empregadas por essas.

No entanto, ainda que o caráter icônico da imagem seja importante no processo de compreensão, também é preciso considerar o caráter indicial nas fotografias. Para Peirce (2012, p. 65), a semelhança, no caso da fotografia,

> [...] deve-se ao fato de terem sido produzidas em circunstâncias tais que foram fisicamente forçadas a corresponder ponto por ponto à natureza. Sob esse aspecto, então, pertencem à segunda classe dos signos, aqueles que o são por conexão física.

Afinal, os alunos que as veem impressas nos livros acreditam que o que está retratado corresponde a objetos existentes singulares, partes existentes da realidade. “[...] um Índice é um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de ser realmente afetado por esse Objeto” (PEIRCE, 2012, p. 52). Aliás, a própria fotografia, em certa medida, é comumente entendida como a representação da realidade, como a constatação de uma coisa ou fato existente. De maneira geral, Jacques Aumont aponta como uma das funções da imagem o modo epistêmico: “A imagem traz informações (visuais) sobre o mundo, que pode assim ser conhecido, inclusive em alguns de seus aspectos não visuais” (2012, p.

80). Portanto, se pensarmos nas fotografias dos livros com a função de mostrar que aquilo retratado existe e faz parte da realidade, o caráter indicial se torna proeminente.

Aqui, os interpretantes gerados são dicissignos ou signos dicentes. Nas palavras de Peirce, um signo dicente é “um signo que, para seu Interpretante, é um Signo de existência real. Portanto não pode ser um Ícone o qual não dá base para interpretá-lo como sendo algo que se refere a uma existência real” (2012, p. 53). Peirce ainda afirma que este é um “tipo de signo que *veicula* informação, em contraposição ao signo (tal como o ícone) do qual se pode derivar informação” (2012, p. 77). Para ele, a melhor prova para se saber se um signo é um dicissigno é que ele ou é verdadeiro ou falso, mas sem fornecer as razões de ser um ou outro. Ou seja, o dicissigno “deve professar referência ou relato a algo como tendo um ser real indepentendemente de sua representação como tal e, mais, que esta referência ou relação não deve ser apresentada como sendo racional, mas sim surgir como uma Segundidade cega” (PEIRCE, 2012, p. 77-78).

Por manter uma relação direta com o objeto que representa, a fotografia tem o potencial para indicar um existente. No entanto, esse tipo de signo, como qualquer signo de secundidade, carrega em si signos de primeiridade, quali-signos, signos esses que serão, muitas vezes, os responsáveis por transmitir uma informação. Para Peirce (2012, p. 52), um “*Qualissigno* é uma qualidade que é um signo. Não pode realmente atuar como signo até que se corporifique; mas esta corporificação nada tem a ver com seu caráter como signo”. Nesse sentido, a imagem na fotografia será compreendida em função da crença em que essa guarde alguma semelhança com o objeto que representa.

Considerações Finais

Levando em consideração que essas fotos devem ser didáticas, claras e informativas, o que se espera delas é que os alunos acreditem que tais imagens representem fielmente o que indicam as legendas. Nesse sentido, o aluno deverá crer que “bilro” é exatamente aquilo que se mostra na figura da edição de 2011 e que a mulher rendeira da figura da edição de 1996 é um biótipo de descendentes de açorianos, que representa a constituição hereditária de seu grupo.

Contudo, é preciso considerar que a produção dessas fotos se baseia em convenções e normas – nos termos de Peirce, legi-signos. Tais convenções são estabelecidas pelos homens em função de uma série de fatores. No caso da definição de imagens para livros didáticos, os signos regidos pelas leis geram índices que atuam em função da iconicidade que existe neles próprios. Em outros termos, são fotos produzidas em função de convenções e leis que visam, através de relações de semelhanças, mostrar algo existente.

A impressão que fica, após a análise, é que na edição de 1996 a foto visa mostrar uma representante da comunidade de imigrantes açorianos; a edição de 2011, por sua vez, dá mais destaque à técnica e tipo de artesanato, já que as leis limitam as possibilidades de apresentação do descendente de imigrante. A edição de 2002, na tentativa de adequar-se às normas, recentes na época, não apresenta com clareza os conceitos que pretende transmitir ao aluno. As mudanças, tanto das imagens como das legendas, se devem aos desafios de adaptação da produção ao cumprimento das novas normas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aumont, J. (2012). *A imagem.* Campinas: Papirus Editora.

Brasil (2011). Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Secretaria de Educação Básica. Edital de Convocação 06/2011 – CGPLI.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia.* Brasília: MEC/SEF.

Joly, M. (2012). *Introdução à Análise da Imagem*. Campinas: Papirus Editora.

Peirce, C. S. (2012). *Semiótica*. (4ª ed. 1ª reimp.), São Paulo: Perspectiva.

Santaella, L. (2010). *Semiótica Aplicada*. São Paulo: Cengage Learning.

DOCUMENTOS DE ANÁLISE

Adas, M. (1996). *Geografia 2: o Brasil e suas regiões geoeconômicas*. São Paulo: Editora Moderna.

Adas, M. (2002). *Geografia 6ª série: Construção do espaço geográfico brasileiro*. São Paulo: Editora Moderna.

Adas, M., & Adas, S. (2011). *Expedições Geográficas 7*. São Paulo: Editora Moderna.